

MICOS LTDA, referente ao item I da Ata de Registro de Preços nº 609/2023. Publique-se na forma da lei.

Campinas, 05 de junho de 2024
ALEXANDRA CAPRIOLI DOS SANTOS FONTOLAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Processo: PMC.2023.00082300-67

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Referência: Pregão Eletrônico nº 263/2023

Objeto: Registro de Preços de serviço de instalação, manutenção, desinstalação e coleta de resíduos de Sanitários Químicos

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, ao disposto no artigo 8º do Decreto Municipal nº 21.874 de 30 de dezembro de 2021 e ao documento SEI n.º 11275895, AUTORIZO a despesa no valor total de R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais), a favor da empresa VR BARROS SANITÁRIOS QUÍMICOS LTDA, referente ao item I da Ata de Registro de Preços nº 609/2023. Publique-se na forma da lei.

Campinas, 05 de junho de 2024
ALEXANDRA CAPRIOLI DOS SANTOS FONTOLAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Processo Administrativo: PMC.2022.00085177-73

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Assunto: Pregão nº 046/2024 - Eletrônico

Objeto: Aquisição de produtos para manutenção do Aquário Municipal.

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, em especial do relatório da Pregoeira - documento SEI nº11162148, acolhido pelo Diretor do Departamento de Licitações - documento SEI nº11162431, e do disposto no art. 7º, inciso II, do Decreto Municipal nº 23.207/24, AUTORIZO a despesa no valor total de R\$ 29.473,60 (vinte e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos), sendo vencedora as empresas abaixo relacionadas para os itens indicados, com os respectivos valores unitários x quantidade entre parênteses e valores totais: W A TANA NAKA, itens 01 (R\$ 217,00 x 6), 08 (R\$ 0,25 x 4000), 11 (R\$ 90,00 x 10), 13 (R\$ 0,38 x 4000), 15 (R\$ 0,39 x 8000), 16 (R\$ 0,38 x 1600), 17 (R\$ 0,21 x 1200), 18 (R\$ 1,23 x 1000), 19 (R\$ 0,34 x 1500), 22 (R\$ 110,00 x 40), 23 (R\$ 110,00 x 25), 24 (R\$ 110,00 x 10) e 25 (R\$ 110,00 x 10), no valor total de R\$ 19.792,00 (dezenove mil, setecentos e noventa e dois reais); e MENALI & CRUZ LTDA. - ME, itens 02 (R\$ 190,00 x 6), 09 (R\$ 116,00 x 6), 10 (R\$ 14,00 x 150), 12 (R\$ 0,24 x 4000), 14 (R\$ 0,14 x 8000), 20 (R\$ 0,32 x 1500), 21 (R\$ 0,51 x 6000) e 28 (R\$ 62,80 x 2), no valor total de R\$ 9.681,60 (nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).

Campinas, 05 de junho de 2024
ALEXANDRA CAPRIOLI DOS SANTOS FONTOLAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Processo: PMC.2023.00058842-28

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Referência: Pregão Eletrônico nº 317/2023

Objeto: Registro de Preços de serviços de palco e passarela em "T", com fornecimento de material

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, ao disposto no artigo 8º do Decreto Municipal nº 21.874 de 30 de dezembro de 2021 e ao documento SEI n.º 11276007, AUTORIZO a despesa no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a favor da empresa VB ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS LTDA, referente ao item I da Ata de Registro de Preços nº 134/2024. Publique-se na forma da lei.

Campinas, 05 de junho de 2024
ALEXANDRA CAPRIOLI DOS SANTOS FONTOLAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE SECLIMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Comunique-se

Protocolo LAO:2024000379

Interessado:Leroy Empreendimentos e Participações Ltda

Para prosseguimento da análise do processo supracitado deverá ser anexado, junto ao Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine (LAO), no prazo de 20 dias corridos, a partir da data desta publicação, nos termos do Decreto Municipal 18.705/15:

- Relatório de arborização do passeio público demonstrando:
 - o plantio executado, incluindo o plantio quando da existência de fiação aérea, conforme as diretrizes estabelecidas no Guia de Arborização Urbana de Campinas (GAUC);
 - imagens que permitam a visualização de toda a frente do imóvel e do plantio executado;
 - croqui com a localização das mudas plantadas e os eventuais elementos de interferência que impediram o plantio (e as respectivas distâncias);
 - tutoramento de muda adequado ao porte da mesma;
 - identificação da(s) espécie(s) utilizada(s).

2. Via física do Termo de Compromisso Ambiental - TCA 085/2021-III anexado na solicitação LAO2020001009(aba - Documentos-), com respectivo reconhecimento de firma do compromissário, conforme orientação enviada em 12/04/2021, registrada na aba -Email- da respectiva solicitação LAO.

Protocolo LAO:2024000612

Interessado:Eco Vila Genebra Empreendimento Imobiliário SPE Ltda

Para prosseguimento da análise do processo supracitado deverá ser anexado, junto ao Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine (LAO), no prazo de 20 dias corridos, a partir da data desta publicação, nos termos do Decreto Municipal 18.705/15:

- Relatório de arborização do passeio público demonstrando:
 - o plantio executado, conforme as diretrizes estabelecidas no Guia de Arborização Urbana de Campinas (GAUC);
 - imagens gerais de todo o plantio executado;
 - croqui com a localização das mudas plantadas e os eventuais elementos de interferência que impediram o plantio (e as respectivas distâncias) e a indicação de direção

de tomada das fotos referentes ao item b.

2. Demonstrar as 16 árvores mantidas no terreno, indicando sua respectiva identificação, conforme referenciados na solicitação LAO2019000260

Eventuais dúvidas, entrar em contato pelo email: maria.siviero@campinas.sp.gov.br

Campinas, 05 de junho de 2024
MARIA CAROLINA B. SIVIERO
BIÓLOGA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Comunique-se

Protocolo:2024000487

In.:DAN INN HOTEL ARARAQUARA LTDA

A continuidade de análise requer os seguintes documentos, a serem apresentados em 20 dias:

- 1)Alvará de aprovação.
- 2)Arquivo KMZ com a localização do empreendimento, pois o anexo não está abrindo.
- 3)Projeto aprovado com a planta completa.

Dúvidas: livia.guimaraes@campinas.sp.gov.br

Campinas, 05 de junho de 2024
LÍVIA GUIMARÃES FERREIRA
ENGENHEIRA AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Comunique-se

Protocolo LAO:2024000518

Interessado:Building EmpreendimentosLtda

Para prosseguimento da análise do processo supracitado deverá ser atendido, junto ao Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine (LAO), no prazo de 20 dias corridos, a partir da data desta publicação, nos termos do Decreto Municipal 18.705/15:

1. Incluir figura 1 no Laudo de Caracterização de Vegetação.

Eventuais dúvidas, entrar em contato pelo email: maria.siviero@campinas.sp.gov.br

Campinas, 05 de junho de 2024
MARIA CAROLINA B. SIVIERO
BIÓLOGA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO REFERENTE À APRESENTAÇÃO E LEITURA COMUNITÁRIA DO PLANO LOCAL DE AÇÃO CLIMÁTICA - PLAC

DATA: 09/05/2024

HORÁRIO: das 18h00 às 21h00

LOCAL: Salão Vermelho situado no Paço Municipal de Campinas, à Avenida Anchieta nº 200 - Centro - Campinas-SP

Aos nove dias do mês de maio de 2024, às 18 horas, no Auditório do Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, sito à Avenida Anchieta, nº 200, Bairro Centro, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, realizou-se a Audiência Pública do Poder Executivo Municipal referente à Apresentação e Leitura Comunitária do Plano Local de Ação Climática - PLAC. A Audiência realizou-se com a finalidade de promover o amplo debate entre a comunidade e todos os segmentos da sociedade civil sobre o PLAC, bem como para privilegiar os princípios administrativos da transparência e publicidade dos atos administrativos, participação social e eficiência da gestão e premissas ambientais relacionadas aos comandos constitucionais e legais relacionados às políticas e planos ambientais vigentes. A Audiência objetivou obter dados, subsídios, informações, sugestões ou críticas complementares referente aos produtos: Diagnóstico inicial, Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Campinas; Cenário de Emissões Futuras, Avaliação de Risco Climático, Relatório da Participação Social e Relatório Final - Versão Preliminar, de forma a contribuir para a sua consecução, com vistas ao princípio da participação comunitária. Foram convidados a participar da Audiência, os poderes públicos, a sociedade civil, conselhos municipais, órgãos públicos responsáveis pelo tratamento das questões debatidas e as entidades representativas da sociedade e de setores interessados nas áreas objeto da presente Audiência. A Dra. Andrea Struchel da Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SECLIMAS), inicia a Audiência fazendo a leitura do Regulamento da Audiência Pública, publicado no Diário Oficial do Município no dia 18 de abril de 2024 e dias subsequentes, e amplamente divulgado nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Campinas, bem como junto aos Conselhos de interface ambiental vinculados à SECLIMAS, por meio da Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais. Dra. Andrea também comunica que a Audiência está sendo transmitida ao vivo no canal da SECLIMAS no youtube, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=x-gZcFdgtas8>. Em seguida, é composta a mesa de abertura com as seguintes autoridades: Rogério Menezes - Secretário Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SECLIMAS; WRI - Raisa de Castro Soares - Analista Sênior de Ação Climática Integrada, Programa de Cidades do WRI; GAEMA - Dr. Rodrigo Sanches Garcia - Promotor do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - Ministério Público do Estado de SP; SEMIL - Carina Dolabella - Chefe da Assessoria de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo; Secretaria Municipal de Habitação - Secretário Arly de Lara Romeo; Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Secretário Marcelo Coluccini; EMDEC (Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas), Presidente: Vinicius Issa Lima Riverete; Fundação José Pedro de Oliveira, Presidente Marcelo Bernardino Polieri; e DEFESA CIVIL, Diretor: Sidnei Furtado. A partir da composição, o Presidente da Audiência Sr. Rogério Menezes faz sua fala inicial em seguida passa a palavra aos integrantes da mesa para considerações iniciais. Sr. Rogério Menezes agradece a presença de todos e contextualiza inicialmente sua fala mencionando os acontecimentos climáticos do Rio Grande do Sul, comentando sobre um estado de baixo d'água com implicações econômicas sociais gravíssimas atingido pelos eventos climáticos extremos. Fala sobre o aumento dos eventos climáticos extremos, que o ritmo de degelo nos pólos é maior do que o previsto e que as cidades eram planejadas com o termo chamado de "tempo de recorrência", que na engenharia significa fazer uma obra prevendo que haja um ponto fora da curva a cada 30, 40 anos e o que o está acontecendo agora é que eventos que teriam a probabilidade de ocorrer em tempos de recorrência milenar, estão ocorrendo dentro de poucos anos ou dentro de uma mesma década. Rogério Menezes diz ainda que não se trata mais de previsões dos ambientalistas para o futuro, mas que o "futuro chegou, e é agora". Comenta que as cidades estão muito atrasadas em se preparar, planejar, considerando a nova realidade do clima; fala que Campinas vai se tornar a décima grande cidade brasileira a ter um Plano de Ação Climática, com um cronograma de implementação que favorece o acompanhamento pela sociedade. Finaliza sua fala informando que o plano tem horizonte até 2050, com 20 ações e 96 subações. Na sequência a palavra é passada para a Sra. Raisa de Castro Soares, apresentando o WRI, que inicia sua fala contextualizando a Instituição e a parceria com Campinas, uma vez que apoiaram a elaboração do PLAC. Ressalta o protagonismo de Campinas na agenda climática, que são poucas cidades no Brasil e no mun-

do que possuem um Plano de Ação Climática, e que agora Campinas compõe um seletivo grupo de cidades que estão liderando a pauta climática em seus territórios. Por fim, finaliza dizendo que o Plano foi feito com um rigor técnico elevado e que o Plano foi escrito e revisado a muitas mãos e que o PLAC é um grande passo que vem para consolidar Campinas como uma cidade verde, de baixo carbono e resiliente aos eventos climáticos extremos. Na sequência, a palavra é cedida ao Dr. Rodrigo Sanches Garcia do GAEMA, que inicia sua fala dizendo que já estamos vivendo a consequência e que nos cabe pensar não se vai acontecer algo, mas quando vai acontecer, e que o risco que a população sofrerá em uma ação climática extrema, em uma cidade com mais de 1 milhão e duzentos mil de habitantes é extremo. Ressalta o risco da dependência de 95% da captação de um corpo de água relativamente pequeno, citou Rio Atibaia; diz que há dois anos o Ministério Público solicitou à SANASA que fizesse um estudo, e depois descobriu que este estudo já existia há 20 anos pelo Consórcio PCJ, mas que então fosse aprimorado a partir da ideia da construção de uma nova captação de água na confluência do Rio Jaguari com o Camanducaia. Dr. Rodrigo diz que hoje o Governo do Estado está construindo duas represas no Rio Jaguari e no Rio Camanducaia, cuja a confluência ocorre no município de Jaguariúna, onde a Sabesp já faz uma captação de um sistema adutor regional para ela. Nessa mesma localidade se tem hoje duas represas de abastecimento regional, com capacidade de regularização que poderia gerar uma segurança hídrica para o município a partir de dois corpos d'água diferentes do Rio Atibaia, onde seria preciso ter uma nova estação de tratamento de água que pudesse jogar água nos sistema adutor em Campinas, permitindo que se aumentasse a resiliência para um evento climático. Diz ainda que o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, o principal problema é a falta de água potável. Ressalta que já passou do tempo de estabelecer um novo ponto de resguardo de resiliência para um sistema de captação. Assim, aponta um único ponto para mostrar que essas ações podem e devem ser feitas imediatamente, ou seja, o cronograma já é, a partir de uma decisão política a um custo alto, mas que precisa ser feito. Na sequência, a palavra é passada para a Sra. Carina Dolabella, que parabeniza o Secretário Rogério e o Prefeito Dário pela publicação do PLAC e disse que o Estado de São Paulo tem um Plano de Ação Climática desde 2022, focado em mitigação dos gases de efeito estufa e que o Estado está desenvolvendo o Plano de Adaptação e Resiliência Climática desde o ano passado e que o mesmo deve ser concluído no final de 2024. Em seguida parabeniza Campinas por ter um plano voltado na adaptação e mitigação e que é uma próxima etapa que o Estado pretende fazer, integrar as agendas de adaptação e mitigação e que há diversas sinergias que podem ser trabalhadas. Diz que há uma oportunidade enorme para a cidade, olhando para o desenvolvimento sustentável. Na sequência, a palavra é cedida ao Secretário Municipal de Habitação, Arly de Lara Romeo; Disse que se sente orgulhoso em constatar que Campinas possui grandes profissionais, ambientalistas, um dos mais notáveis ambientalistas que conhece é o professor Rogério Menezes, que imprimiu na Secretaria do Clima políticas públicas que fizeram com que Campinas avançasse nesse sentido com toda a equipe competente da Secretaria. Dr. Arly faz menção à COP30 que acontecerá em Belém, e diz que faltam líderes para transformar, pois os grandes líderes nacionais e internacionais não têm compromisso; comenta que há coisas simples que devem ser feitas a partir de amanhã e que o futuro se afigura muito alarmante, com um prognóstico muito ruim. Ressalta que há coisas que precisam começar já e que os grandes líderes, presidentes dos grandes países não fazem o que é preciso e deveriam liderar mudanças concretas e imediatas. Na sequência, a palavra é cedida para o presidente da EMDEC, Vinicius Riverette, que cumprimenta a mesa e parabeniza pela Audiência pública. Ressalta que o mais importante desse Plano, foi ele ter sido construído entre vários entes, inclusive a sociedade civil. Destaca o envolvimento de todas as Secretarias, e a importância das pessoas na audiência. Disse que há muitas novidades, ações, cronogramas, inclusive na área de mobilidade; e mencionou que o Prefeito anunciou um vídeo sobre ônibus elétricos, que será um avanço importante para cidade. Na sequência, a palavra é cedida ao Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Sr. Marcelo Coluccini que inicia sua fala dizendo que não é um momento muito propício para comemorar em virtude do que está acontecendo no Sul, mas que o PLAC vem exatamente para evitar o que aconteceu naquele Estado e que pode acontecer também na cidade de Campinas. Agradece ao convite para compor a mesa e menciona que atuou no Governo do Estado de São Paulo, e por fim, convida a todos para participar da Conferência Municipal das Cidades, que acontecerá nos dias 07 e 08 de junho e que um dos eixos será Clima. Em seguida, Rogério Menezes disse que a equipe da SECLIMAS está à disposição para contribuir na Conferência das Cidades, que o PLAC é adaptativo e ressaltou também a importância da Defesa Civil, que estava representada na mesa pelo Sr. Sidnei Furtado e parabeniza toda a equipe da Defesa Civil. Na sequência, Rogério Menezes solicita o desfazimento da mesa de abertura e, conforme previsto no regimento da Audiência Pública, nomeia a Sra. Andréa Struchel como Presidente da Mesa e também nomeia o Sr. Carlos Gregio como Secretário Geral da Audiência Pública. Cumprimenta os conselheiros e conselheiras do COMDEMA presentes na Audiência e passa a palavra para a Presidente da Audiência. Dra. Andrea Struchel então solicita que a Sra. Raísa de Castro Soares permaneça na mesa técnica e convida também para compor a mesa técnica os Senhores Gustavo Merlo, Carlos Grégio, Dra. Ângela Cruz Guirao, Vítor Moraes Ribeiro, Gabriel Dias Mangolini Neves (SECLIMAS) para realizar a apresentação sobre o Plano Local de Ação Climática. A apresentação foi então realizada, cuja material encontra-se disponível em: https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/142/2024/05/20-142615/PLAC_Audi%C3%Aancia_09_05_2024_final.pdf. Ao término da apresentação técnica, Sra. Andréa Struchel convidou para compor a mesa técnica o Sr. Filipe Antonio Marques Falcetta - Pesquisador do IPT e a Sra. Daniela Resende de Faria, doutoranda em Ensino de História e Ciências da Terra pelo Instituto de Geociências da UNICAMP, representando a Diretora Priscila Pereira Coltri, do CEPAGRI, que contribuíram com a elaboração do PLAC. Ainda, Andréa Struchel convidou outros técnicos da SECLIMAS para compor a mesa técnica de forma estendida, permanecendo no Auditório por falta de lugar na mesa: a Sra. Carla de Souza Camarinho - Engenheira Ambiental; o Sr. Juliano Braga - Ecólogo; o Sr. Mario Jorge Bonfante Lançone - Engenheiro Ambiental, o Sr. Rodrigo Pires do Departamento de Proteção e Bem Estar Animal (DPBEA) e os Diretores Ricardo Casetta e Vagner Bellini. Sra. Andrea Struchel também estende a mesa técnica para outras Secretarias: pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, o Secretário Adjunto Gustavo de Oliveira Alves Bocalletti; pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a Sra. Valdirene Lima; pela Secretaria de Educação, o Sr. Luis Felipe; pela Secretaria Municipal de Habitação, o Secretário Arly de Lara Romeo; pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Diretor: Renato Barros; pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, o Secretário Marcelo Coluccini e a Secretária Adjunta Marcela Cristiane Pupin; pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, o Secretário Adjunto Paulo Henrique da Silveira Camargo, acompanhado da Diretora Márcia Calamari e Fernando Carbonari, pela Secretaria de Urbanismo, a Sra. Adriana Forte; pela EMDEC o Presidente Vinicius Riverete e o Diretor Wilson Folgozi de Brito; pela Mata de Santa Genebra, o Presidente Marcel, a Diretora Sabrina Martins e o Diretor Sr. Meira; pela Sanasa o Diretor Pedro Claudio da Silva e pela Defesa Civil, Sidnei Furtado e equipe. Na sequência, a Sra. Andrea informa que será dada a palavra aos presentes e que também podem ser feitas contribuições e perguntas pelas filipetas que foram distribuídas aos presentes, bem como pede a organização dos registros dos interessados em formular perguntas na presente Audiência. Agradece a presença das autoridades, a Vereadora Sra. Mariana Conti, Sra.

Raquel Gualberto da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Sr. Carlos Bernardi, do Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural Brasileiro, Sra. Maria Nildes Nascimento representando o Fórum Socioambiental e Carlos Alexandre Silva, Presidente da Federação Nacional dos Conselhos de Meio Ambiente - FECOMDEMA. É explicado a dinâmica das perguntas que poderiam ser formuladas por meio de filipetas e pelo microfone. Carlos Alexandre Silva, Presidente da FECOMDEMA e integrante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas, COMDEMA, enaltece o trabalho apresentado e solicita que a apresentação seja compartilhada a todos integrantes daquele Conselho. Comenta que, como pesquisador, está na frente de um trabalho transversal que envolve a questão Climática no Estado de São Paulo. Comenta que a modelagem apresentada pelos técnicos está totalmente de acordo com o que vem sendo discutido no âmbito do pacto global e se coloca à disposição para troca de informações. Na sequência, a Sra. Ernestina Oliveira, advogada e professora aposentada, elogia os Planos elaborados pela SECLIMAS, mas comenta que, na prática, a Administração Municipal não tem acompanhado os Planos e isso é evidenciado no próprio diagnóstico; que o Plano Diretor só menciona a questão climática e que há grande empenho em transformar área rural em zona urbana. Diz que os Planos Ambientais e os acordos mundiais são muito bons, mas que a grande preocupação é a questão econômica e desenvolvimento das cidades, mas que a questão ambiental efetiva não existe. Sugere, entre as ações, a revogação da Lei Complementar nº 207, "que comete crime na cidade e transforma 187 km² de área rural em zona urbana sem que o município tenha um plano de macrodrenagem", menciona. Com relação à questão da água, indaga sobre a recuperação do Rio Capivari. Diz que não se capta mais água nesse Rio; que é um território que deveria servir para prestar serviços ecossistêmicos valiosos para o município e que toda a bacia será ocupada. Na sequência, o Sr. José Antônio de Oliveira, integrante do COMDEMA e Professor aposentado - elogia o trabalho realizado e diz que torce para que o Plano seja efetivado; disse que gostaria de ver o projeto sendo levado para mais pessoas, bem como para os alunos em sala de aula e na comunidade. Disse ainda que a equipe pode contar com o seu apoio e do COMDEMA para que o trabalho seja efetivado. Disse que tem certa resistência em acreditar nos Planos que são apresentados pelo Poder Público. Observa a ausência de muitas pessoas na Audiência, e que, para uma cidade com mais de um milhão de habitantes, deveria haver mais pessoas; reforça que uma discussão tão importante deveria alcançar melhor a população. Solicita acesso aos dados para análise, diz que tem feito trabalho junto às escolas e que gostaria de apresentar as informações em conjunto com a SECLIMAS. Comenta sobre um mapa apresentado, onde indica que 70% da população não tem acesso às áreas verdes, o que considera lamentável, pois consta do Plano Municipal do Verde. Comenta sobre os Parques Lineares, que reside próximo a um desses projetos mas que gostaria que o benefício dos Parques Lineares fosse estendido a toda a cidade. Ressalta a demora na implantação dos Parques aprovados e crítica o avanço da cidade nas áreas rurais devido às flexibilizações nas leis, ressaltando a importância ecossistêmica dessas áreas e que a população periférica é a que mais sofre com a questão. Considera que houve pouco engajamento da população nas consultas públicas e que esperava um debate mais amplo junto à sociedade. Sobre a participação popular estimulada pelo poder público, disse que está prejudicada pela condição atual do Comdema; que gostaria que o Secretário da SECLIMAS trouxesse alguma informação a respeito. Em seguida, o Sr. João Guilherme manifesta sua preocupação com a questão do COMDEMA; que no processo eleitoral recente não foi dada posse à chapa eleita e que isso está prejudicando os trabalhos daquele Conselho. Demonstra preocupação com as obras sendo realizadas e inacabadas em diversos pontos da cidade, e loteamentos irregulares na APA Campo Grande. Indaga sobre a ótica do Secretário. (não mencionou) o que seria Sustentabilidade. O Sr. Reginaldo Cruz, jornalista e assessor do Vereador Paulo Bufalo, parabeniza o trabalho desenvolvido. Reforçou que há uma discussão em andamento na Câmara Municipal junto da Frente Parlamentar do Meio Ambiente, coordenada pelo Vereador Cecílio Santos e também na Frente de Enfrentamento aos Efeitos da Emergência Climática, coordenada pelo Vereador Paulo Bufalo. Sugere que o assunto da Audiência seja levado a debate no Legislativo. Questiona se no Plano houve a consideração do conceito "cidade esponja". Cita exemplos da China e a discussão em algumas cidades, que consiste em tirar a impermeabilização do solo, de calçadas, aumentando a capacidade de absorção da água da chuva em jardins, telhados verdes, bem como a capacidade das construções de armazenarem e fazer o reuso das águas de chuva. Questiona também com relação a algum plano de mapeamento e preservação das nascentes e minas existentes na cidade. Por fim, questiona sobre a existência de algum plano de combate aos incêndios florestais; se Campinas está preparada para a questão da estiagem e o aumento das zonas de calor. Cita a preocupação por conta das Apas de Campinas e Campo Grande, se a cidade tem um plano de combate aos incêndios florestais para dar resposta rápida para que determinado incêndio não cause estragos irreversíveis para a fauna e flora. Indaga se existe alguma estratégia nesse sentido para não contar apenas com o atendimento do Corpo de Bombeiros e cita a questão das brigadas. Encerrada a primeira rodada de perguntas, a Dra. Andrea Struchel, em resposta à segunda pergunta, uma vez que o primeiro inscrito registrou apenas contribuições ao Plano - especialmente sobre a efetividade dos Planos Ambientais que foi colocada, registrou que a questão urbanística seria explicada oportunamente pelas representações ali presentes. Disse que, desde 1990 é instituído no Município de Campinas a Planície de Inundação, que protege além das Áreas de Preservação Permanente (APP) do Código Florestal; que a questão da impermeabilização, das cidades esponjas e a questão das inundações são preocupações desde a década de 90, e que, a partir de então, consta materialmente de todos os Planos Diretores seguintes. Menciona a contratação recente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) que mapeou toda a bacia hidrográfica do Rio Capivari circunscrita ao município de Campinas. Na sequência, a Direção da Mesa cede a palavra à Secretária Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Marcela Cristiane Pupin, para esclarecimentos sob o enfoque urbanístico. Foram feitos esclarecimentos com relação à Lei nº 207 mencionada. Disse que foi uma edição da norma de 2018; que durante aquele período passou por um processo legislativo e que agora que tem um projeto na Câmara, no artigo 7º há um apontamento onde encontrava-se vedado o parcelamento do solo em algumas áreas de restrição; que o PL é apenas um apontamento nessa constância, e que depois, ele foi ampliado para área de permeabilidade. Faz referência a Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, que traz regras para quando há uma interferência ambiental sobre as áreas e nesta lei fala da restrição e dá à ela condições de utilização. A proposta é uma equiparação à Lei Federal e depois para ter uma conotação ambiental, foram criados índices de permeabilidade no PL 88 que vão dar outro enquadramento do parcelamento do solo. São dadas condições a mais. A Sra. Ernestina Oliveira, com a palavra novamente, diz que a forma original da Lei 207 era a correta. Menciona a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979: "Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas"; menciona outras condições, reforçando que "é proibido antes de". Disse que se é proibido, que a área não pode ser parcelada e significa que o proprietário vai perder uma área que ele poderia utilizar como área verde de seu loteamento. Que na alteração proposta pela Secretaria de Urbanismo, incorporada na SECLIMAS, se veta o restrito, mas que não é uma questão semântica, pois vedar e restringir são coisas distintas. Há certo debate sobre a interpretação das normas citadas e a Direção da mesa solicita que se dê andamento à Audiência para que outras pessoas possam se manifestar também; que, ao final, o assunto pode ser abordado novamente. Em seguida, a Dra. Ângela

Guirao responde ao questionamento proferido pelo Sr. José Antônio de Oliveira. Agradece sua disponibilidade em levar o assunto debatido na Audiência à comunidade; diz que o engajamento da comunidade é sempre um desafio; que a equipe se valeu de alternativas para alcançar a participação mais efetiva da sociedade; citou a utilização do espaço da Conferência de Educação Ambiental com a temática de mudanças climáticas, ocasião em que houve registro de 150 pessoas participando do evento que teve duração de dois dias; citou a participação de pesquisadores da Unicamp, especialistas em educação climática. Disse que houve essa parceria para poder aprimorar a metodologia de participação social. Pede para que uma das pesquisadoras, a Dra. Daniela Resende de Faria (Unicamp/CEPAGRI) comente brevemente sobre o processo. Daniela diz que dentro das atuações que são realizadas no âmbito do LabEduc, (Laboratório de Educação Climática - CEPAGRI), se busca encontrar soluções que possam trazer metodologias participativas, pois considera que as relações verticais, dizendo simplesmente o que as pessoas tem que fazer, sem ouvi-las, não faz muito sentido, que por isso, buscam metodologias que possibilitem entender e ouvir as Comunidades que estão nos territórios; que a partir desse mapeamento, se possa atuar de forma mais assertiva e com mais significado. Ressaltou os trabalhos realizados junto das escolas, tanto na formação dos professores, como na atuação diretamente com os alunos. Dra. Ângela complementa que é importante citar como foi o processo; citou o eixo cinco do Plano: “Integrar as ações setoriais de mitigação e adaptação e fortalecer a comunicação com a população, por meio da assistência e da educação climática.” Em seguida, o Professor Gustavo Merlo, da Coordenadoria de Projetos de Educação Ambiental (CPEA/SECLIMAS), complementa a fala da Dra. Daniela reforçando sobre a parceria com a Unicamp, citando as ações do Eixo cinco do Plano; que a metodologia desenvolvida pelo CEPAGRI será incorporada nas atividades de educação climática em conjunto com as atividades de Educação Ambiental que já são executadas pela SECLIMAS. Ainda sobre a pergunta do Sr. José Antônio de Oliveira, em relação aos Parques Lineares, o Engenheiro Ambiental da SECLIMAS, Gabriel Neves, explica que o diagnóstico do Plano Municipal do Verde, aponta para que cerca de 70% das Unidades Territoriais Básicas (UTBs) não possuem área verde com função social e provocou que o Município absorvesse o conceito de associar a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) com a disponibilidade de equipamentos de esporte e lazer, mobilidade, ciclovias, etc. Disse que a meta é a implantação de 49 trechos de Parque Lineares, que resulta em 900 hectares de parques. Relata que desde 2016 a SECLIMAS vem atuando para implementação dos Parques. Disse que essas áreas estão no Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação (SAV-UC), o que possibilita alterações na legislação do parcelamento do solo. Diz que, com os novos parcelamentos que incidem dentro dos Parques Lineares em áreas privadas, que nesses casos, a obrigação em implantar o Parque Linear fica a cargo do loteador - a exemplo do Parque Linear citado pelo Sr. José Antônio, que foi uma medida proveniente dessa legislação. Citou que há 22 projetos básicos de pequenos trechos incidentes aprovados pela SECLIMAS e pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP), 09 projetos executivos e dois implantados, sendo que um deles é na região dos empreendimentos da Vila Garden. Na sequência Vitor Moraes Ribeiro, pela SECLIMAS, esclarece sobre o mapeamento de nascentes; que está disponível no Portal Geo Ambiental (<https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/>). Diz que é uma plataforma que está ligada diretamente com o banco de dados da Prefeitura e tem informações importantes com relação à recuperação de nascentes e de cursos d'água; que existe o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA-Água) que têm as propriedades que estão cadastradas e recebem incentivos monetários e não-monetários; disse ainda que, também existe uma camada chamada Banco de Áreas Verdes, com todo o plantio que a SECLIMAS faz; que é possível ver o que está em estudo, o que está em projeto, o que está implementado e o que está concluído. Após, a Dra. Andrea Struchel esclarece um questionamento sobre as Eleições do Comdema; que esse assunto não faz parte do objeto da presente audiência, porém, informa que houve um recurso administrativo e o mesmo está sendo analisado pela Secretaria Municipal de Justiça e finaliza dizendo que assim que houver uma resposta sobre a eleição o COMDEMA, as autoridades pertinentes serão comunicadas. Em seguida, remete para a questão proferida por João Guilherme sobre as construções na APA do Campo Grande, que na realidade são ocupações e loteamentos ilegais; disse que foi acionado o Grupo de Controle e Contenção de Invasões e Parcelamentos Clandestinos subordinado à Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e que foram realizadas vistorias conjuntas de identificação dos danos ambientais; feito boletins de ocorrência para início de processos criminais; Houve ingresso de uma Ação Civil Pública para solicitar que não houvesse mais ocupações e, que as ocupações que lá estão, fossem revertidas. Informou que o Ministério Público se manifestou favoravelmente e a ação criminal seguiu em segredo de justiça. Disse que foram oficiados os órgãos competentes para tomarem as medidas cabíveis, incluindo o Órgão de Classe dos Corretores de Imóveis. Após, a segunda rodada de perguntas foi anunciada. A Sra. Laura Bueno, Professora da PUC e integrante do Conselho Municipal de Saúde, lamentou ter que reforçar a falta de credibilidade da Prefeitura Municipal de Campinas na execução dos Planos Municipais que são elaborados. Disse que é importante colocar essa questão para que a população fique atenta ao que está acontecendo na cidade. Disse que há sinais de inconsistências e até negligências na prática da Prefeitura de elaborar planos e todo o procedimento legal necessário, mas sem a implementação de fato. Disse que o grande avanço de se ter um Plano Local de Ação Climática é perdido quando se faz menção a uma legislação de 1979; que, no início do evento, o Secretário da SECLIMAS, Sr. Rogério Menezes, trouxe a situação alarmante das mudanças climáticas que estamos enfrentando, e que ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano defende uma forma atrasada de parcelar e produzir a cidade; que os desastres ambientais urbanos comprovam o atraso dessa forma de gerir a cidade. Disse que utilizou a palavra ‘negligência’ pois a espanta a forma como tem sido conduzida a questão do tombamento das áreas naturais da cidade. Relata que foram tombadas mais de 100 áreas naturais pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) e que os proprietários não foram notificados; que isso não consta das escrituras e que os proprietários vendem/parcelam a revelia dessa análise científica do tombamento. Disse que foi alegado que não havia recursos para notificações. Comenta sobre as Leucenas; a uniformização da vegetação e fala sobre a questão do planejamento do transporte coletivo. A Sra. Tereza Penteado, da Associação Resgate o Cambuí, integrante do COMDEMA, informa que há uma ação no Ministério Público referente as matas que não estão cadastradas, aonde já teve obrigação da Prefeitura de levar tudo isso para os cartórios; Quanto à ação do Campo Grande, Tereza diz que ela não é sigilosa e que havia saído naquele dia uma matéria muito boa no G1 e faz a leitura do título: “Polícia Civil apreende 66 veículos em lojas durante operação contra a venda de loteamentos clandestinos em Campinas”; Diz que na matéria eles apuram o crime de lavagem de dinheiro a partir da venda ilegal dos terrenos em áreas de proteção ambiental. Em seguida, Tereza comenta que quando foi lançado o questionário para subsidiar as ações do PLAC, o prazo não tinha terminado e as ações já estavam prontas. Diz que a Raisa comentou sobre cidade verde, e ela se pergunta “Cidade Verde?”; Informa que no MP tem 3 ações que comprovam a negligência do poder público: uma da árvore do eucalipto do Taquaral que matou uma criança, uma da árvore do bosque que matou um senhor e outra das podas da CPFL/DPJ; Diz que o Gabriel citou o desenvolvimento rural, mas questiona se ainda há rural ou se teve rural na cidade com a mudança da 207; Falou que as ações não refletem as falas, no Programa Município VerdeAzul de 2019 ou 2020 (PMVA), o exemplo dado de empresa pública na sustentabilidade foi apresentada a

SANASA como modelo de sustentabilidade, mas diz que o COMDEMA analisou que o edifício da SANASA, apesar de ter programa de uso racional e energia, é todo espedalhado, podendo provocar morte de pássaros por colisão com a fachada. Relatou que a própria SECLIMAS publicou uma Resolução em 2012 proibindo a utilização de vidros espelhados. Disse que no PMVA, foi divulgado um dado inconsistente, de que era cumprida a Lei 11.571, de 17 de junho de 2003, relatando 100 árvores por quilômetro de calçada. Sobre o Estudo do IPT mencionado, disse que a SECLIMAS mudou alguns itens e que não irá cumprir tudo. Mencionou o Empreendimento Saint Anne, que está ao lado da captação de água da SANASA; que se encontra exatamente em Zona de Proteção de Manancial, onde está sendo loteado, contendo terrenos de mil m² e não de 20 mil; que a Prefeitura defende ser Urbano por conta do cadastramento, mas que não se tornou Urbano em nenhum Plano Diretor. Cita a questão do Piçarrão com inúmeros problemas com supressões de árvores. Após, Raquel Oliveira Gualberto de Souza, Assessora Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP, parabeniza o trabalho reforçando sua importância e relatando que a questão climática vem sendo alertada pelos cientistas desde a década de 70. Indaga sobre a ampliação do transporte público, como isso seria feito. Pergunta sobre o passe livre, se é uma questão que será incluída; se haverá alguma ação para diminuir a quantidade de baldeações feitas no transporte público hoje; sobre a manutenção das frota e o aumento das linhas. Se foi equacionada a questão do transporte metroviário ou ferroviário considerando o tamanho da cidade de Campinas. Indaga sobre o conceito de racismo ambiental, se foi considerado no Plano, pois “é evidente que a sempre são as pessoas negras periféricas pobres que mais sofrem com as catástrofes pela falta de ações do poder público, a exemplo da situação recente do Rio Grande do Sul.” citou. O Sr. Gilberto M. V. discorre sobre a participação popular; que não se considera uma pessoa alienada ou desinteressada no assunto e soube da Audiência Pública de última hora; que é bem atuante nas questões ambientais na cidade. Disse que verificou a questão da Justiça Climática no Plano, porém não viu nada relacionado ao Racismo Ambiental. Disse que, embora pareçam termos similares, que seria importante constar esse termo para sempre trazer à tona essa questão. Disse que o Plano é bom, tem metas ambiciosas em vários níveis, que porém, há décadas planos e acordos são elaborados, mas que porém não são cumpridos. Que em nenhum ano as metas foram cumpridas. Disse que isso causa muita falta de credibilidade aos governos em geral e que nenhum deles assumiu os problemas de fato. Sobre a participação popular, considera o prazo curto para contribuições. Sobre a questão da Governança, disse que é um momento importante da Prefeitura de Campinas para ampliar a transparência e aumentar a participação popular por meio das Câmaras Temáticas permanentes. Em seguida, a Sra. Luiza Corradini comenta que não ficou sabendo de outros eventos relacionados ao PLAC; disse que é moradora do Village, um bairro na região Rural. Relata situações dos Resíduos, setor que é atuante. Falou sobre a redução dos resíduos em aterros sanitários; que quando se fala em redução de resíduos em aterros sanitários, na realidade, que são desvios ou para reciclagem ou para a compostagem; só que pela política nacional de resíduos sólidos, há um passo anterior que não é o desvio ou o correto tratamento, é a não geração dos resíduos. Defendeu a separação de resíduos em três frações. Pede informações sobre a situação da Usina Verde, sobre o problema de licenciamento. Em seguida, o Sr. Flávio Januário, Arquiteto, disse que atua em duas Ecovilas; que muitas frentes que foram explanadas na Audiência estão implementadas nas Ecovilas. Reclamou da falta de apoio do Setor Público citando problemas com aprovações pendentes desde 2011. Disse que seria necessário a mudança da mentalidade do órgão público que age como protagonista e não como meio para efetivar as ações; que elaborou e executou projetos em dois anos, e que não consegue aprovação de rede de esgoto por exigências que considerou ser de menor relevância; que há muita falta de colaboração e apoio do órgão público e se a Prefeitura reconhecer o que é bom e ajudar já será um grande começo para mudanças. A mesa Diretora relata que recebeu pelo YouTube uma solicitação e que iria considerar como filipeta a contribuição do Sr. Bruno Canova, e leu: “gostaria de questionar as autoridades em infraestrutura e clima: Quais são os principais desafios a curto médio e longo prazo com base em dados e a partir disso apontar as ações concretas”. Em seguida, comentou que seria uma resposta pela Secretaria de Infraestrutura. Informa que o horário previsto para o término da Audiência foi atingido e estendeu a reunião até às 21 horas e 30 minutos. Em relação ao questionamento sobre o Transporte Público, a palavra foi cedida ao Presidente da Emdec, Sr. Vinícius Riverete, que por sua vez, esclareceu a questão suscitada relatando o desafio das grandes cidades relacionado ao transporte público; que há um exemplo positivo na cidade, informando sobre o BRT em funcionamento tanto na região do Ouro Verde como na região do Campo Grande. Disse que as baldeações irão continuar, pois os percursos são muito extensos e que tal prática facilita a operacionalização. Relata o avanço das ciclovias e ciclofaixas incentivando a mobilidade sustentável. Relata a atual situação do Terminal Central que antes tinha problemas de higiene nos banheiros e segurança aos usuários. Que hoje há catracas de acesso, possibilitando que os usuários do transporte possam utilizar os serviços com mais segurança. Relata ações de revitalização no Terminal do Mercado Municipal e cerca de mil abrigos de ônibus em todas as regiões de Campinas. Disse que o transporte público atende 96% do município. Em seguida, o Engenheiro Fernando Iório Carbonari, pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP), responde a questão da Usina Verde. Disse que não há nenhuma dificuldade no licenciamento da Usina; que ela está plenamente licenciada com validade de dois anos para continuar produzindo. Disse que por uma questão de desequilíbrio do ponto de vista de “balanço de massa”, o lodo precisou ter uma suspensão nesse período por causa do odor e relatou todo o procedimento técnico da Usina Verde. Em relação ao Racismo Ambiental mencionado nas perguntas, a Dra. Raiza de Castro Soares - Analista Sênior de Ação Climática Integrada, Programa de Cidades do WRI, esclarece que no plano apresentado há várias subações, dentre elas, há grupos mais afetados e grupos mais vulneráveis; que dentro dessa análise, a Prefeitura irá trabalhar para racializar esses dados mais profundamente e convidar essas lideranças para entender onde estão essas pessoas e se elas têm representação Comunitária; disse que é preciso entender como envolvê-las nas câmaras temáticas para participarem ativamente das soluções que vão ser construídas para o territórios delas; A Prefeitura, com as informações, vai dar continuidade buscando maneiras de atacar esse racismo estrutural que também atinge as questões climáticas no município. Após, a Dra. Ângela Guirao esclarece sobre a execução dos Planos Ambientais. Fala sobre a Revisão da Implementação do Plano de Recursos Hídricos e Educação Ambiental; que foi realizada uma revisão em 2022 em conjunto com a Câmara Técnica de Planejamento Ambiental do COMDEMA. Relata que houve avaliação após cinco anos da implementação dos Planos Municipais do Verde, de Recursos Hídricos e de Educação Ambiental e que todo o processo de revisão está disponível no site institucional dos Planos e que foi objeto de consultas públicas. Apresenta os Resultados das Revisões de 2022, relatando que o Plano Municipal do Verde, reportou 57% de execução; que o Plano de Recursos Hídricos, 76% de execução e o Plano de Educação Ambiental, 97% de execução. Convida a todos para conhecerem o material publicado que serve como prestação de contas e para realinhamento do planejamento. Sobre a Erradicação de Espécies Exóticas (Leucenas), relata que foi aprovado um recurso na ordem de 1,5 milhão de reais pelo Fundo Ambiental PROAMB para o controle de espécies exóticas, especialmente as Leucenas. Sobre a Assistência Técnica para Habitação Social, informa sobre as tratativas com a equipe da Secretaria de Habitação sobre a necessidade de assistência técnica após a regularização dos núcleos habitacionais; que muitas famílias procuram a Secretaria de Habitação para reformas e adaptações, como construção de

banheiros e adaptações para pessoas com necessidades especiais. Disse que o plano agora inclui ações para melhorar o conforto térmico e a ventilação das habitações, considerando os futuros riscos climáticos. Disse que as ações estão detalhadas no eixo 1 do plano. Sobre a Implementação dos Parques Lineares em Áreas Particulares, o Sr. Vitor Moraes Ribeiro, pela SECLIMAS, explica sobre o tombamento de fragmentos de vegetação e as restrições de intervenção. Fala da verificação das informações junto à Secretaria de Cultura e registro dos fragmentos tombados no planejamento urbano. Quanto aos parques lineares, disse que são mapeados com base na densidade de áreas urbanas, priorizando áreas consolidadas e públicas degradadas e o planejamento para aumentar as áreas verdes em novos empreendimentos, além das exigências da legislação estadual. Por fim, a palavra foi passada para o Secretário Municipal da SECLIMAS, Sr. Rogério Menezes, que complementa a fala da Dra. Andrea Struchel sobre a Eleição do Comdema, informando que houve um Parecer Jurídico pela Secretaria Municipal de Justiça sobre a nulidade da Eleição realizada no dia 24 de abril de 2024 e que foi encaminhada a todo o Conselho. Em seguida, agradeceu o engajamento de todos os envolvidos, a presença de todos, informando que a Audiência foi gravada e o vídeo será disponibilizado nos canais oficiais da Prefeitura. Não havendo mais nada a discutir, a presidência agradece a participação de todos, dá por encerrada a Audiência Pública, de que eu, Carlos Alberto Gregio de Oliveira, laurei a presente Ata. Campinas, 09 de maio de 2024.

FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES REFERENTES À ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE AÇÃO CLIMÁTICA						
PLANILHA DE CONTRIBUIÇÕES, ANÁLISE E ENCAMINHAMENTOS RECEBIDOS NO PERÍODO DE 18/04/2024 A 19/05/2024 (PRÉ E PÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA)						
AS MANIFESTAÇÕES OCORRIDAS DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA E RESPECTIVAS RESPOSTAS CONSTAM DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E DISPONIBILIZADA NO SITE DA AUDIÊNCIA						
ID	NOME DA(O) MANIFESTANTE/INSTITUIÇÃO	DATA	ASSUNTO	PROPOSTA/CONTRIBUIÇÃO	CANAL DE PARTICIPAÇÃO	ANÁLISE E ENCAMINHAMENTOS
1	WILSON FOLGOZI DE BRITO - EMDEC	16/05/24	EIXO 3	EIXO 3 - AÇÃO 3.1 - SUBAÇÃO 3.1.3: ESSA SUBAÇÃO TRATA DA INTEGRAÇÃO DA CIRCULAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO EM NOSSO MUNICÍPIO, INDICANDO A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DE SUA PERMEABILIDADE, ESPECIALMENTE NA ÁREA CENTRAL. A INTEGRAÇÃO DAS REDES DE TRANSPORTE METROPOLITANO E MUNICIPAL É AÇÃO IMPORTANTE PARA A RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NOSSA REGIÃO METROPOLITANA E ESSA RACIONALIZAÇÃO TRARÁ, INEGAVELMENTE, GANHOS AMBIENTAIS PARA TODA A REGIÃO. ENTRETANTO, A RACIONALIZAÇÃO DEVE SER FEITA PARA SE ELIMINAR A SOBREPOSIÇÃO DAS LINHAS METROPOLITANAS ÀS LINHAS MUNICIPAIS EXISTENTES ATUALMENTE. ESSA SOBREPOSIÇÃO IMPLICA NA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DOS DOIS SERVIÇOS EM INÚMEROS TRECHOS DE ITINERÁRIOS COMUNS, ESPECIALMENTE NA ÁREA CENTRAL DE CAMPINAS, EXIGINDO UM FROTA MAIOR DO QUE A QUE SERIA NECESSÁRIA SE HOUVESSE A RACIONALIZAÇÃO DAS DUAS REDES. OBTIVAMENTE, COM MAIS VEÍCULOS HÁ MAIS EMISSÕES DE POLUENTES NOCIVOS AO MEIO AMBIENTE E CAUSADORES DO EFEITO ESTUFA. ASSIM, A RACIONALIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DEVEM PROMOVER A ARTICULAÇÃO DAS DUAS REDES (METROPOLITANA E MUNICIPAL), ELIMINANDO AS SOBREPOSIÇÕES, DE FORMA QUE AO ADENTRAR CAMPINAS, UMA LINHA METROPOLITANA CIRCULE SOMENTE ONDE AINDA NÃO HÁ ATENDIMENTO POR UMA LINHA MUNICIPAL. RESUMINDO, AS LINHAS METROPOLITANAS E MUNICIPAIS DEVEM SER PLANEJADAS COMO SE PERTENCESSEM A UMA REDE SOMENTE. NESTE SENTIDO, DA FORMA COMO ESTÁ ESCRITA A SUBAÇÃO 3.1.3, ESTAREMOS FAZENDO EXATAMENTE O CONTRÁRIO DO QUE SERIA DESEJÁVEL, OU SEJA, AMPLIANDO A PERMEABILIDADE DAS LINHAS METROPOLITANAS, ESPECIALMENTE NA ÁREA CENTRAL, ÁREA ESSA AMPLAMENTE ATENDIDA PELA REDE DE LINHAS MUNICIPAIS. A OUTRA QUESTÃO RELATIVA A ESSA SUBAÇÃO É QUE NÃO PODEMOS CONDICIONAR, NA NOVA CONCESSÃO, UMA AÇÃO QUE DEPENDE DE UM ÓRGÃO DE OUTRA ESFERA DE GOVERNO. A REDE DE LINHAS METROPOLITANAS É GERIDA PELA EMTU, ÓRGÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. COM ESSAS CONSIDERAÇÕES, SUGERIMOS A SEGUINTE ALTERAÇÃO PARA O TEXTO DA REFERIDA SUBAÇÃO: "PROMOVER GESTÃO JUNTO AOS ÓRGÃO DO GOVERNO DO ESTADO PARA ADEQUAR A CIRCULAÇÃO DAS LINHAS DO TRANSPORTE METROPOLITANO QUE ATENDEM CAMPINAS, PROCURANDO ELIMINAR A SOBREPOSIÇÃO DE ITINERÁRIOS COM AS LINHAS MUNICIPAIS, POR MEIO DA RACIONALIZAÇÃO DAS REDES METROPOLITANA E MUNICIPAL E DA INTEGRAÇÃO FÍSICO-TARIFÁRIA"; SUBAÇÃO 3.1.3: O INDICADOR DEVE SER "GESTÃO JUNTO AO GOVERNO DE ESTADO CONCLUÍDA" E A META É ESTAR CONCLUÍDA EM 2032.	AUDIÊNCIA PÚBLICA SEI PMC.2023.00033077-89 E E-MAIL	ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA SUBAÇÃO 3.1.3 "PROMOVER GESTÃO JUNTO AOS ÓRGÃO DO GOVERNO DO ESTADO PARA ADEQUAR A CIRCULAÇÃO DAS LINHAS DO TRANSPORTE METROPOLITANO QUE ATENDE CAMPINAS, PROCURANDO ELIMINAR A SOBREPOSIÇÃO DE ITINERÁRIOS COM AS LINHAS MUNICIPAIS, POR MEIO DA RACIONALIZAÇÃO DAS REDES METROPOLITANA E MUNICIPAL E DA INTEGRAÇÃO FÍSICO-TARIFÁRIA" ALTERAÇÃO DO INDICADOR DA SUBAÇÃO 3.1.3: "GESTÃO JUNTO AO GOVERNO DE ESTADO CONCLUÍDA"
2	WILSON FOLGOZI DE BRITO - EMDEC	16/05/24	EIXO 3	EIXO 3 - AÇÃO 3.1 - SUBAÇÃO 3.1.2: EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO SUGERIDA NA SUBAÇÃO 3.1.3, HÁ NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA SUBAÇÃO 3.1.2, PARA RETIRAR DO SEU TEXTO O TERMO "TRANSPORTE METROPOLITANO". ASSIM, A SUGESTÃO DE TEXTO PARA ESSA SUBAÇÃO É A SEGUINTE: "DIAGNOSTICAR E PROMOVER, NA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, A INTEGRAÇÃO COM O TREM INTERCIDADES". SUBAÇÃO 3.1.2: NÃO HÁ NECESSIDADE DE ALTERAR OS INDICADORES E AS METAS	AUDIÊNCIA PÚBLICA SEI PMC.2023.00033077-89 E E-MAIL	ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA SUBAÇÃO 3.1.2 "DIAGNOSTICAR E PROMOVER, NA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, A INTEGRAÇÃO COM O TREM INTERCIDADES"
3	FÁBIO FORTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	17/05/24		ESTOU ME ESPECIALIZANDO EM CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS E CERTIFICAÇÃO VERDE E GOSTARIA DE CONTRIBUIR POR UMA CIDADE AINDA MAIS SUSTENTÁVEL. POR ISSO DENTRE ALGUMAS SUGESTÕES ESTOU PROPONDO O IPTU VERDE PARA A CIDADE DE CAMPINAS, A EXEMPLO DE SALVADOR E OUTRAS CIDADES. EM FUNÇÃO DE TUDO O QUE JÁ FOI MENCIONADO, O IPTU VERDE FOI ESCOLHIDO COMO UMA DAS 100 SOLUÇÕES, DE 56 CIDADES, MAIS INOVADORAS PARA COMBATER AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PUBLICAÇÃO CITIES 100, LANÇADA DURANTE A COP 21, EM PARIS, E PODERÁ CONECTAR CAMPINAS AOS MOVIMENTOS GLOBAIS QUE DESENVOLVEM ESTRATÉGIAS DE COMBATE E MITIGAÇÃO AOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AO APELO NACIONAL PELO CUIDADO COM A ÁGUA. A IMPLEMENTAÇÃO DO IPTU VERDE GERARIA UMA MUDANÇA NA POSTURA DA POPULAÇÃO CAMPINEIRA, NA BUSCA DA INSERÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SEU DIA A DIA, DEIXANDO DE LADO ANTIGOS HÁBITOS E ENTENDENDO QUE A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL É UMA FORMA DE MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS E IMPACTOS DECORRENTES DA URBANIZAÇÃO NA CIDADE.	ENCAMINHADO POR E-MAIL PLANOSAMBIEN.TAIS@CAMPINAS.SP.GOV.BR	NA LINHA DA PROPOSTA RECEBIDA, TEMOS INICIALMENTE A INFORMAR QUE AS SEGUINTE SUBAÇÕES OU ATIVIDADES TRATAM DE ISENÇÃO DE IPTU OU OUTRAS FORMAS DE INCENTIVOS MONETÁRIOS E NÃO MONETÁRIOS: 1.1.4 FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PELOS GRANDES CONSUMIDORES (EX. INCENTIVOS COMO O IPTU VERDE) 3.4.2 ELABORAR ESTUDO DE VIABILIDADE DE INCENTIVOS MONETÁRIOS E NÃO MONETÁRIOS PARA O SETOR PRODUTIVO VISANDO A REDUÇÃO DE EMISSÕES ORIUNDAS DE PROCESSOS E ATIVIDADES DE TRANSPORTE 4.5.4 CRIAR UM BANCO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS E AGRICULTURA URBANA A PARTIR DE EDITAIS E DE UM PROGRAMA DE INCENTIVOS, COM ASSESSORIA TÉCNICA E APORTE DE RECURSOS 5.2.6 REALIZAR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INCENTIVOS QUE VISAM A MUDANÇAS DE HÁBITOS (EX. DESLOCAMENTO, CONSUMO, GESTÃO DE RECURSOS) E UMA COMUNICAÇÃO ATIVA COM A POPULAÇÃO SOBRE AS AÇÕES MUNICIPAIS RELACIONADAS À AGENDA CLIMÁTICA (OBRAS, REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, REFLORESTAMENTO) ADEMAIS, FOI PROPOSTA COMO UMA DAS ATIVIDADES: - ESTRATÉGIA DE INCENTIVOS E FOMENTOS IMPLEMENTADA, VIA PSA E SELO S DA SECLIMAS: LICENCIAMENTO; QUALIDADE DE VIDA URBANA; SETOR PRIVADO (PONTUAÇÃO E DIVULGAÇÃO) NÃO OBTANTE, REFORÇAMOS A POSSIBILIDADE DE ISENÇÃO NA ATIVIDADE: "IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INCENTIVOS E FOMENTOS, VIA PSA E SELO DE SUSTENTABILIDADE DA SECLIMAS: LICENCIAMENTO; QUALIDADE DE VIDA URBANA; SETOR PRIVADO (PONTUAÇÃO E DIVULGAÇÃO)", PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO: "IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INCENTIVOS MONETÁRIOS E NÃO MONETÁRIOS E FOMENTOS, POR MEIO DE MECANISMOS COMO: PSA, SELO S DA SECLIMAS, IPTU VERDE (PARA ALÉM DA ISENÇÃO JÁ EXISTENTE E ABRANGENDO OUTRAS MODALIDADES A SEREM DEFINIDAS POR ESTUDOS DE VIABILIDADE), SELO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA E OUTROS"

A SECLIMAS INFORMA QUE O TEXTO DO RELATÓRIO FINAL - VERSÃO PRELIMINAR (ABRIL/2024) PASSOU POR UMA REVISÃO ORTOGRÁFICA E TEXTUAL, QUE BUSCOU FACILITAR A LEITURA, SEU ENTENDIMENTO PELA POPULAÇÃO, E DEIXAR SEU VOCABULÁRIO MAIS ACESSÍVEL. TODAS ALTERAÇÕES PRESERVAM O SENTIDO, PROPOSTAS OU CONTEÚDO DO PLANO.

Campinas, 05 de junho de 2024

ROGÉRIO MENEZES

Secretário Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade SECLIMAS